



PODER

Em revés para o governo, votação de PEC é adiada

Por falta de quórum, Lira marca para terça-feira a análise, em plenário, da proposta que concede benefícios às vésperas das eleições

» CRISTIANE NOBERTO
» TAÍSA MEDEIROS



A base do governo não compareceu à votação. O presidente Arthur Lira não tinha votos para ganhar nos nossos destaques"

Reginaldo Lopes (MG), líder do PT na Câmara

Por falta de quórum, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), resolveu adiar para a próxima terça-feira a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios, de interesse do governo. "Não vou arriscar nem essa PEC nem a próxima", argumentou o parlamentar, numa referência a outro texto que seria avaliado em plenário, sobre piso salarial da enfermagem. O anúncio ocorreu por volta das 19h30, quando terminou a votação do requerimento de quebra de interstício, para que a PEC fosse agilizada sem os ritos tradicionais. Estavam em plenário 427 dos 513 deputados — para aprovar a matéria são necessários 308 votos a favor.

A PEC é uma aposta do governo federal para tentar turbinar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição. A menos de três meses do pleito, o pacote de bondades determina o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinado a taxistas, entre outros benefícios. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões.

Responsável por encaminhar a matéria em plenário, o deputado Christino Auro (PP-RJ) destacou a "cautela" de Lira. "Esse tema precisa ter um quórum qualificado e com legitimidade para discutir. Por ser uma quinta-feira, também poderia ser arriscado. Mas, na terça-feira, vai", cravou.

Relator da proposta na Casa, o deputado Danilo Forte (União-CE) frisou que não haveria necessidade de alongar a discussão ontem. "Todo mundo viajando, quinta-feira de noite, o pessoal se preparando para as convenções nos estados. Aí você vai alongar?", questionou. "Foi cautela, segurança e, ao mesmo tempo, na semana que vem, a gente vai ter de vir votar. Dá mais segurança, mais tranquilidade e, com certeza, vai ser muito melhor para a votação." Na avaliação dele, não haverá "nenhum perigo" de faltar quórum na semana que vem.

Parlamentares ouvidos pelo **Correio** afirmaram que, durante a discussão em plenário, apenas 303 deputados (entre base

e oposição) estavam a favor do texto e, portanto, existia margem para o governo perder a votação. Por isso, Lira não quis arriscar. "Ele ficou desmoralizado", disse um dos congressistas, sob a condição de anonimato.

O presidente da Câmara ainda tentou articular para que a base de governo estivesse em peso a favor da PEC. "Ele enviou uma lista hoje de manhã (ontem) para os deputados governistas, com passo a passo, e tinha até horário para chegar. aparentemente, deu algum problema interno na base, e se desmobilizaram", contou outro deputado.

Na tramitação da PEC na Casa, a ala governista usou de vários elementos para acelerar a votação do texto, como anexar a proposta a outra que já estava em tramitação (PEC 15/22, dos biocombustíveis) e não mudar o conteúdo **aprovado no Senado**.

Também ontem, foi realizada uma sessão plenária que durou apenas um minuto, para cumprir o regimento. O vice-presidente da Câmara, Lincoln Portela (PL-MG), abriu os trabalhos às 6h30. "A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 65 senhoras deputadas e senhores deputados. Está aberta a sessão", disse o parlamentar. Mesmo com protestos de congressistas, ele fechou a sessão afirmando que outra seria realizada às 11h do mesmo dia. "Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos", anunciou, às 6h31. Segundo o regimento da Casa, são necessárias duas sessões para levar uma proposta a plenário. De manhã, a PEC foi aprovada na comissão especial por 36 votos a um.

Fátima Meira/Futura Press



Sem saída: o presidente Arthur Lira argumentou que não arriscaria colocar a proposta em votação ante o baixo quórum

Abrava fala em compra de voto

O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o "Chorão", divulgou nota, ontem, criticando o auxílio-caminhoneiro sugerido pelo governo federal na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios. Para o dirigente, "mil reais não resolvem o problema dos caminhoneiros autônomos". Ele ainda qualificou o auxílio como "afronta à inteligência" da categoria e "tentativa clara de comprar o direito mais digno de um cidadão, que é o seu voto".

Chorão ressaltou que "caminhoneiro não é burro e sabe fazer conta". O auxílio de R\$ 1 mil daria para colocar 133 litros de óleo diesel no tanque, com o litro, "sendo otimista", a R\$ 7,50. Ele detalhou que a maioria dos caminhoneiros autônomos tem veículos antigos, que fazem, no máximo, 2km por litro do combustível. "Com a PEC da esmola, os caminhoneiros, conseguem

rodar 266km. É uma falta de respeito", reforçou.

O presidente da Abrava indagou, também no comunicado, como esse dinheiro será entregue aos caminhoneiros autônomos e reforçou o pedido a respeito de se divulgar o real tamanho do estoque de óleo diesel no país. "E qual a previsibilidade de aumentos de combustíveis (diesel, gasolina, gás) em face do aumento do dólar?", citou. "Lembrando que mudou o presidente da Petrobras, mas o PPI (preço dos combustíveis conforme a paridade de importação) continua firme e forte", criticou.

Chorão terminou a nota pedindo que o presidente Jair Bolsonaro (PL) não "duvide da inteligência" dos caminhoneiros, que não precisam de esmola, e, sim, de respeito.

Na quarta-feira, a Frente Parlamentar em Defesa dos Caminhoneiros Autônomos e Celestistas entrou com mandado de

segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a tramitação da PEC dos Benefícios na Câmara. "É construção de um 'Frankenstein' para legalizar uma pedalada Tabajara com um único objetivo de atender a ganância eleitoreira de Jair Bolsonaro e manter as benesses a especuladores financistas com a ganância financeira de Paulo Guedes", disse o deputado Nereu Crispim (PSD-RS), que preside a Frente Parlamentar.

O parlamentar argumentou que a PEC fere cláusulas pétreas da Constituição, a separação dos Poderes, o Estado democrático de direito e o Orçamento. "A modificação proposta à Constituição não é só conferir cheque em branco aos programas e auxílios mencionados, mas a todo o orçamento e finanças públicas, afastando todos os mecanismos de controle e fiscalização do erário [...]", diz trecho do mandado.

Pressão

Relator da PEC, o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) chegou a defender mudanças no texto que foi aprovado no Senado, como a retirada da previsão de estado de emergência — que abriria a possibilidade dos gastos a despeito da legislação eleitoral. Após pressão do Planalto e do presidente da Câmara, Arthur Lira, que temiam atrasos na votação, Forte recuou e manteve o texto sem alteração em seu relatório.

Wesley Amaral/Câmara dos Deputados



Ramos: proposta é "uma vergonha para o Parlamento brasileiro"

Oposição critica, mas votará a favor

Apesar de classificar a PEC dos Benefícios de eleitoreira, a oposição votará a favor. De acordo com o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), líder do partido na Câmara, aumentar benefícios sociais sempre foi uma pauta defendida pelo bloco. "O que a gente questiona é o método, porque não está havendo debate. Esse é o ponto que nós vamos bater. Atropelaram tudo, fizeram sessão fake, juntaram uma PEC a outra, impediram que a gente apresentasse emendas, usaram todos os artifícios. Qual é a nossa proposta? Que essa política seja permanente, nesses moldes. Não só durante o período eleitoral. O governo está adotando uma

medida eleitoreira. Não há dúvidas de que Bolsonaro vai usar isso para eleição. É o único objetivo dele", criticou.

Na sessão, parlamentares da oposição apresentaram uma série de destaques, pelos quais pretendem batalhar. "Esperamos aprovar os destaques, mesmo que seja difícil", disse o líder da minoria na Câmara, Alencar Santana (PT-SP). "A oposição vai continuar fazendo o debate. Todas as possibilidades que pudermos, mas o governo tem a obrigação de colocar seu quórum. Tem a maioria com folga. Não conseguiu hoje (ontem). Diria que tem muita gente desesperadamente comprando passagem para estar aqui na semana que vem", frisou.

O deputado Marcelo Ramos (PSD-AM) disse que a proposta é "uma vergonha para o Parlamento brasileiro" e criticou Lira. "A desmoralização da Constituição, a desmoralização do processo legislativo, e o presidente da Casa impondo os caprichos dele à ordem constitucional e democrática do país. Lira não respeita nada, e essa PEC vai passar", ressaltou. "Não tem nada que a oposição possa fazer para barrar. E eu entendo a atitude da oposição de votar a favor. Não tem como votar contra uma proposta que aumenta o auxílio. Agora, esse procedimento está todo errado. Rasgaram a Constituição e o regimento da Casa." (CN e TM)



O governo está adotando uma medida eleitoreira. Não há dúvidas de que Bolsonaro vai usar isso para eleição"

Bira do Pindaré (PSB-MA), deputado